



**IV** – a majoração da carga de trabalho de, no mínimo, 20% (vinte por cento) em relação aos servidores em regime de trabalho presencial, salvo se devidamente justificada a impossibilidade pelo gestor;

**V** – o conteúdo do termo de ciência e responsabilidade a ser firmado entre o participante e a sua chefia imediata;

**VI** – a possibilidade de teletrabalho em regime de execução integral ou parcial;

**VII** – o monitoramento e fiscalização pela Administração Pública das atividades desenvolvidas em regime de teletrabalho, por meio da utilização de sistemas informatizados de controle de atividades, sem prejuízo da utilização de outros meios de controle estabelecidos em norma específica;

**VIII** – a garantia da capacidade plena de funcionamento dos setores em que haja atendimento ao público externo e interno; e

**IX** – as hipóteses de desligamento do servidor do regime de teletrabalho, tanto de ofício quanto a pedido do próprio servidor.

**§ 1º** Não se inclui nos limites de vaga a que alude o inciso II deste artigo a autorização excepcional para exercício do trabalho remoto durante a realização de ações de capacitação ligadas à atividade funcional, notadamente o afastamento de que trata o artigo 116, da Lei Complementar nº 093, de 23 de junho de 2003.

**§ 2º** A regulamentação de que trata este artigo deverá observar as peculiaridades e as funções efetivamente desenvolvidas pelo respectivo órgão.

**§ 3º** Terão prioridade na concessão do regime de teletrabalho, conforme critérios objetivos estabelecidos em regulamento, as servidoras gestantes e lactantes, as mães ou o único responsável legal por crianças de até 3 (três) anos de idade, bem como as mães ou o único responsável legal por pessoas com deficiência ou com Transtorno do Espectro Autista (TEA), desde que as atribuições inerentes ao cargo sejam compatíveis com a execução das atividades nesse regime.

**Art. 6º** O servidor em regime de teletrabalho deverá:

**I** – manter disponíveis todos os meios de comunicação possíveis, inclusive por meio de ligações em telefone celular e de aplicativos de mensagens, durante o horário de funcionamento do respectivo órgão, para pronto atendimento de qualquer demanda relacionada às necessidades da instituição ou à sua atuação funcional;

**II** – acompanhar diariamente todas as comunicações eletrônicas expedidas pelos órgãos ou autoridades competentes;

**III** – participar de todas as reuniões virtuais para as quais for convocado, durante o horário de funcionamento da Administração Pública Municipal, e atender às reuniões presenciais previamente convocadas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, não implicando direito a reembolso pelas despesas de deslocamento, tampouco diárias;

**IV** – manter a chefia imediata informada do andamento das atividades e apontar eventuais dificuldades, dúvidas ou elementos que possam atrasar ou comprometer a qualidade e eficiência do serviço;

**V** – guardar sigilo das informações contidas nos processos e demais documentos, sob pena de responsabilidade, nos termos da legislação em vigor;

**VI** – providenciar, às suas expensas, os equipamentos, as infraestruturas física e tecnológica necessárias à realização do teletrabalho mediante o uso de equipamentos e instalações que permitam o tráfego de informações de maneira segura e tempestiva, bem como atendam a critérios ergonômicos;

**VII** – manter-se em condições de retorno ao regime de trabalho presencial, em caso de necessidade da Administração, observado o disposto no § 1º do artigo 9º;

**VIII** – abdicar-se, enquanto estiver no exercício do regime de trabalho remoto, da liberdade irrestrita de uso de redes sociais, submetendo-se às restrições impostas em ato próprio; e

**IX** – observar integralmente os princípios, regras e valores éticos estabelecidos no Código de Ética do Servidor Público do Poder Executivo do Município de Cuiabá, bem como aqueles decorrentes do ordenamento jurídico, pautando sua conduta, inclusive no ambiente virtual, pelos deveres de lealdade, urbanidade, zelo e probidade no exercício das atividades desempenhadas em regime de teletrabalho.

**Art. 7º** É vedada a realização do teletrabalho por servidor que:

**I** – desempenhe atividades que, em razão de sua natureza, devam ser obrigatoriamente desenvolvidas nas dependências do respectivo órgão;

**II** – tenha incorrido em falta disciplinar, apurada mediante procedimento de sindicância ou processo administrativo disciplinar cujo relatório final, aprovado pela autoridade competente, tenha concluído pela sua responsabilidade, nos dois anos anteriores à data de solicitação para ingresso no teletrabalho; e

**III** – esteja em estágio probatório.

**Art. 8º** A adesão do servidor ao regime de teletrabalho é facultativa e condicionada à conveniência e ao interesse do serviço público, não implicando alteração de lotação ou de atribuições, tampouco gera direito adquirido à permanência nessa modalidade.

**§ 1º** O exercício das funções do servidor em regime de teletrabalho poderá ser revertido a qualquer tempo, a pedido ou por ato motivado do gestor do respectivo órgão.

**§ 2º** Em caso de reversão do regime de teletrabalho por ato motivado do respectivo gestor, o servidor deverá ser notificado com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias para o retorno às atividades de forma presencial.

**Art. 9º** O servidor em regime de teletrabalho será desligado desta modalidade nas seguintes hipóteses:

**I** – de ofício, mediante decisão motivada do chefe imediato, se verificado: a) o descumprimento de quaisquer dos deveres previstos nesta Lei e seus regulamentos; ou

b) a superveniência das hipóteses previstas no artigo 7º.

**II** – a pedido, mediante requerimento formal ao gestor do órgão, que terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do requerimento, para providenciar o desligamento.

**§ 1º** Desde que não configurada quaisquer das hipóteses do inciso I deste artigo, é direito do servidor, uma vez concedido, exercer suas atribuições em regime de teletrabalho pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.

**§ 2º** Da decisão de desligamento de ofício caberá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pedido de reconsideração à autoridade competente e, se não houver a reconsideração, recurso à autoridade superior.

**Art. 10.** Havendo necessidade de suprir excepcional demanda de mão de obra, e desde que devidamente justificada pela autoridade máxima do órgão, o servidor em regime de teletrabalho poderá ser convocado para desempenhar suas atividades de forma presencial, devendo ser estabelecido prazo mínimo de 10 (dez) dias para o seu retorno ao exercício do cargo de forma presencial, sem que se caracterize desligamento do regime de teletrabalho.

**Parágrafo único.** Cessada a necessidade que motivou a convocação, o servidor retornará ao regime de teletrabalho pelo período remanescente, observado o prazo originalmente estabelecido.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 11.** O acesso remoto a processos e demais documentos deve observar as normas e os procedimentos relativos à segurança da informação e à salvaguarda de informações de natureza sigilosa.

**Parágrafo único.** A retirada de documentos e processos físicos, quando necessária, deverá ser registrada com trâmite para a carga pessoal do participante do teletrabalho.

**Art. 12.** A adesão ou desligamento do regime de teletrabalho não gera qualquer direito de trânsito, tampouco ao pagamento de diárias, indenizações ou a qualquer espécie de ajuda de custo.

**Parágrafo único.** O desligamento do regime de teletrabalho não configura, por si só, presunção ou indício de infração disciplinar ou penalidade.

**Art. 13.** O dia de atividade em teletrabalho corresponderá a um dia de jornada de trabalho regular e será considerado para todos os fins de direito

**Art. 14.** O disposto nesta Lei aplica-se às situações eventualmente em curso na data de sua entrada em vigor.

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, em Cuiabá-MT, 24 de novembro de 2025.

**ABÍLIO JACQUES BRUNINI MOUMER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

#### LEI Nº 7.413 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025.

**INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT O MÊS “JULHO LARANJA” DEDICADO A CONSCIENTIZAÇÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAME ORTODÔNTICO ANUAL NAS CRIANÇAS DE 6 (SEIS) A 12 (DOZE) ANOS DE IDADE.**

**O Prefeito Municipal de Cuiabá-MT:** Faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá/MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Institui no calendário oficial do município de Cuiabá o mês “Julho Laranja” dedicado a conscientização da necessidade de realização de exame ortodôntico anual nas crianças de 6 (seis) a 12 (doze) anos de idade.

**Art. 2º** O mês “Julho Laranja” tem por objetivo:

**I** – divulgar e esclarecer a população quanto à importância em prover cuidados ortodônticos preventivos e interceptivos, em saúde pública e privada, para crianças de 6 (seis) a 12 (doze) anos de idade;

**II** – a promoção da autoestima e bem-estar psicológico, essenciais à saúde integral das crianças e adolescentes.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, em Cuiabá-MT, 24 de novembro de 2025.

**ABÍLIO JACQUES BRUNINI MOUMER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

#### LEI Nº 7.414 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025.

**INSTITUI O DIA DOS DIRETORES E DIRETORAS DE CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CMEIs – E DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CUIABÁ.**

**O Prefeito Municipal de Cuiabá-MT:** Faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá/MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Cuiabá, o **Dia dos Diretores e Diretoras de Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs – e de Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, a ser comemorado anualmente no dia 12 de novembro.**





Art. 2º A data ora instituída passa a integrar o **Calendário Oficial de Eventos do Município de Cuiabá**, com o objetivo de reconhecer, valorizar e homenagear o trabalho essencial desempenhado pelos gestores escolares na Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, em Cuiabá-MT, 24 de novembro de 2025.

**ABÍLIO JACQUES BRUNINI MOUMER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Decreto**

**DECRETO Nº 11.485 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025**

**ALTERA O DECRETO Nº 10.887 DE 07 DE MARÇO DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, NÍVEIS HIERÁRQUICOS, ORGÂNICOS E FUNCIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL GOVERNO.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VI, XXII e XXXV, alínea “a” do artigo 41 da Lei Orgânica do Município,

- CONSIDERANDO** o disposto a **Lei Complementar nº 555, de 19 de fevereiro de 2025;**
- CONSIDERANDO** o disposto na **Lei Complementar nº 567 de 09 de julho de 2025;**
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 10.887 de 07 de março de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 10.924 de 26 de março de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 10.943 de 01 de abril de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 10.954 de 10 de abril de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 10.959 de 11 de abril de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 10.988 de 07 de maio de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 10.997 de 06 de maio de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 11.008 de 19 de maio de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 11.049 de 11 de junho de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 11.052 de 12 de junho de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 11.054 de 13 de junho de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 11.063 de 20 de junho de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 11.092 de 30 de junho de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 11.094 de 01 de julho de 2025;
- CONSIDERANDO** o dispositivo no Decreto nº 11.114 de 07 de julho de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 11.126 de 10 de julho de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 11.139 de 15 de julho de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 11.149 de 17 de julho de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 11.154 de 18 de julho de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 11.167 de 22 de julho de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 11.202 de 11 de agosto de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Nº 11. 207 de 14 de agosto de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Nº 11.226 de 22 de agosto de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Nº 11.239 de 27 de agosto de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Nº 11.268 de 05 de setembro de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Nº 11.289 de 12 de setembro de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Nº 11.312 de 19 de setembro de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no decreto nº 11.324 de 19 de setembro de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no decreto nº 11.366 de 10 de outubro de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no decreto nº 11.387 de 17 de outubro de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no decreto nº 11.410 de 24 de outubro de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no decreto nº 11.454 de 11 de novembro de 2025;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica Alterado o Decreto nº 10.887 de 07 de março de 2025, passando a estrutura organizacional níveis orgânicos e funcionais da Secretaria Municipal de Governo a vigorar conforme dispõe o anexo único deste Decreto.

NÍVEL HIERÁRQUICO	SIMBOLOGIA	QUANTIDADE
<b>I - DIREÇÃO SUPERIOR</b>		
1. Secretário Municipal de Governo	GDA - 1	1
2. Secretário Municipal de Relações Institucionais	GDA - 1	1
<b>II – GERÊNCIA SUPERIOR</b>		
1.1 Secretário Adjunto Especial de Defesa Civil	GDA- 2	1
1.2 Secretário Adjunto Especial de Assuntos Comunitários	GDA- 2	1
1.3 Chefe de Gabinete do Prefeito	GDA - 2	1

1.4 Secretário Adjunto de Cerimonial	GDA-3	1
<b>III – ASSESSORAMENTO SUPERIOR</b>		
1.1 Assessor Executivo	GDA - 5	6
1.2 Assessor Executivo de Comunicação	GDA - 5	1
1.3 Assessor Especial	GDA - 6	7
1.4 Assessor Técnico	GDA - 7	23
1.5 Assessor	GDA - 8	10
1.6 Assistente	GDA - 9	6
<b>IV – ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA</b>		
<b>1.1 Diretor Administrativo Financeiro</b>	GDA - 6	1
1.1.2 Coordenador Técnico Administrativo e Financeiro	GDA - 7	1
1.1.2.1 Coordenador Administrativo e Financeiro	GDA - 8	1
1.1.2.2 Coordenador de Almoxarifado	GDA - 8	1
1.1.2.2.1 Gerente de Apoio Logístico	GDA - 9	1
<b>V – EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA</b>		
<b>1.2 Diretor Técnico de Assuntos Legislativos</b>	GDA - 5	1
1.2.1 Diretor de Assuntos Legislativos	GDA - 6	1
1.2.1.1 Coordenador Técnico de Controle de Processos	GDA - 7	1
1.2.1.2 Coordenador Técnico de Transparência	GDA - 7	1
1.2.1.3 Coordenador Técnico de Decretos	GDA - 7	1
<b>1.3 Diretor Técnico de Cerimonial</b>	GDA - 5	1
1.3.1 Diretor de Cerimonial	GDA - 6	1
<b>1.4 Diretor Operacional</b>	GDA - 6	1
1.4.1 Coordenador Técnico de Defesa Civil	GDA - 7	1
<b>1.5 Diretor de Resposta e Reconstrução</b>	GDA - 6	1
1.5.1 Coordenador de Reparação e Prevenção	GDA - 8	1
<b>1.6 Diretor de Gestão Estratégica</b>	GDA - 6	1
1.6.1 Coordenador da Junta Militar	GDA - 8	1
1.7 Diretor Técnico de Bem Estar Animal	GDA - 5	1
2.0 Diretor Especial de Núcleo da 1ª Dama	GDA - 4	1
3.0 Diretor Técnico de Núcleo do Prefeito	GDA - 5	1
4.0 Coordenador de Controle de Conselhos	GDA - 8	1
5.0 Diretor Técnico de Convênio	GDA - 5	1
5.1 Coordenador Técnico de Acompanhamento e Execução de Convênio	GDA - 7	1
5.2 Coordenador Técnico de Captação de Convênio e Congêneres	GDA - 7	1
5.3 Coordenador Técnico de Acordo de Colaboração, Cooperação e Termo de Fomento	GDA - 7	1
<b>TOTAL DE CARGOS</b>	<b>85</b>	

Art. 2º Fica Autorizado a reedição do Decreto nº 10.887 de 07 de março de 2025 de acordo com as alterações realizadas pelo presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos **a partir de 19 de novembro de 2025.**

Palácio Alencastro, Cuiabá-MT, 19 de novembro de 2025.

**ABÍLIO BRUNINI**  
**Prefeito Municipal**

**DECRETO Nº 11.486 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025**

**ALTERA O DECRETO Nº 10.904 DE 07 DE MARÇO DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, NÍVEIS HIERÁRQUICOS, ORGÂNICOS E FUNCIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO URBANO.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VI, XXII e XXXV, alínea “a” do artigo 41 da Lei Orgânica do Município,

- CONSIDERANDO** o disposto na **Lei Complementar nº 555, de 19 de fevereiro de 2025;**
- CONSIDERANDO** o disposto na **Lei Complementar nº 567 de 09 de julho de 2025;**
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 10.904 de 07 de março de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 10.912 de 10 de março de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 10.981 de 05 de maio de 2025;
- CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 11.047 de 11 de junho de 2025;